



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA N.º 2/2006**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA  
NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2006: -----**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. Manuel de Jesus Martins, Prof<sup>ª</sup>. Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Dr. Luis Manuel Neves Rocha, Dr<sup>a</sup>. Sandra Margarida Santos Pereira, Dr. João Carlos da Silva Rua e Dr. Luis Miguel dos Santos Grego e a Chefe de Secção, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes, também, os Chefes da Divisão Administrativa e Financeira, Dr<sup>a</sup>. Carmen da Conceição Santos e da Divisão de Obras Municipais, Eng<sup>o</sup>. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva. Seguidamente, foi posta à aprovação a acta da reunião anterior, realizada em 10 de Janeiro corrente, não tendo a mesma sido lida por ter sido distribuído, previamente, o respectivo texto pelos senhores Vereadores, a qual foi aprovada por unanimidade e assinada, tendo o sr. Vereador Dr. Luis Manuel Neves Rocha feito uma correcção no tocante à deliberação inserta na página nove da referida acta, porquanto onde consta que votou a favor da aprovação da proposta de nomeação dos elementos que compõem a Comissão de Análise de Candidaturas para atribuição dos lotes da Videira Norte, deve constar que se absteve, pelo que o texto da referida deliberação passa a ser o seguinte: -----

**-----“NOMEAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A COMISSÃO DE ANÁLISE DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DOS LOTES DA VIDEIRA NORTE E SOLICITAÇÃO AOS INTERESSADOS DE DOCUMENTAÇÃO ACTUALIZADA:-----**

*---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores senhores Dr. Manuel Martins, Dr<sup>a</sup>. Sandra Margarida Pereira e Dr. Luis Miguel Grego e duas abstenções do sr. Vereador Dr. Luis Rocha e da sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof. Maria de Lurdes Mesquita, aprovar a proposta n.º 2/06, de 06 de Janeiro corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

*ordenada a publicação no “Diário da República” do Regulamento de candidaturas a lotes unifamiliares – Videira Norte, bem como a nomeação do sr. Presidente da Câmara para integrar a referida Comissão, sendo o mesmo substituído pelo sr. Vereador Dr. Manuel de Jesus Martins. Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal para que aquele Órgão nomeie o seu Presidente ou quem legalmente o represente nas suas faltas e impedimentos e ainda eleja um membro de cada grupo municipal para integrar a referida Comissão.”*-----

---- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** -----

---- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 16 de 23 de Janeiro de 2006, o qual acusa um saldo orçamental de 1.379.256,67 € (um milhão, trezentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

---- Usou da palavra o sr. Vereador Dr. João Rua para dizer que tinha presenciado e registado um certo desconforto, no pretérito Sábado, no tocante à incerteza da continuação da escola de patinagem e também uma certa falta de motivação, desde logo por parte dos formadores, uma vez que, ao que parece, se registava algum atraso nos seus vencimentos e também alguns pais das crianças que manifestaram alguma incerteza relativamente à continuidade da escola; que, gostaria de ser esclarecido do que se passava, até porque também era um potencial interessado e não acreditava que houvesse alguma intenção de não ser dada continuidade àquele projecto. Abordou, depois e uma vez mais, a questão da AIBAP, tendo começado por referir que, numa semana em que tinha sido público o interesse no plano tecnológico e as apostas que os município começavam a fazer no plano da inovação e do conhecimento, tendo tido oportunidade de verificar em alguns concelhos que se começavam já a discutir o posicionamento para captação de empresas nessa área, tendo tido também a oportunidade de ver na televisão a notícia de que iria ser instalada em Condeixa uma unidade para produção e exportação de vacinas da gripe, situações estas que não surgiam por mero acaso, antes era o reflexo de muito trabalho na selecção, na captação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

e na movimentação de alguma capacidade de fazer *lobbies* para atrair as empresas que mais interessavam, em face disto, seria de repensar a AIBAP e recomendou que, no caso de não haver ainda um rumo certo traçado ou alguma dificuldade de sustentação dos projectos, era altura de haver uma estratégia e de ser desenvolvido um plano estratégico para a AIBAP que definisse, de uma vez por todas, onde se iria apostar, como se iria actuar, quem se pretendia atrair, que perfil de empresas e de investimento interessavam mais, etc.; que, tal ideia devia, em seu entender, ser extensível ao Polo II da Zona Industrial que, para si, continuava a ser a localização de excelência. -----

---- A sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Mesquita interveio para lembrar que numa das anteriores reuniões do executivo tinha solicitado ao sr. Presidente da Câmara informação relativamente aos processos de contratos que aguardavam parecer jurídico, mas tal informação ainda não lhe tinha sido prestada e gostaria que a mesma lhe fosse facultada, se possível. Reportou-se, depois, ao concurso para Técnico de Serviço Social em regime de avença, tendo perguntado se já estava feita a selecção do candidato para o lugar. Disse, de seguida, que tinha constatado na semana anterior que, junto à Herdade do Lago Real andavam umas máquinas a trabalhar, tendo havido movimentação de terras de um terreno em frente à herdade para junto do picadeiro, pelo que pretendia ser informada do que se passava e se a Câmara Municipal tinha conhecimento do que estava a acontecer. A mesma Vereadora prosseguiu dizendo que, como era sabido, as escolas do 1<sup>o</sup>. Ciclo tinham tendência a agrupar-se e a formar pólos educativos, supondo-se que uma do concelho de Mira já fosse fechar, pelo que gostaria de saber se já se sabia onde iriam ser construídos os tais pólos educativos, designadamente porque havia uma escola com a sala de ATL em obras e uma outra posta a concurso e era importante saber se tudo isso iria ser reprogramado ou o que é que iria acontecer. -----

---- O sr. Vereador Dr. Luis interveio para fazer uma observação no tocante às últimas eleições presidenciais, uma vez que, na qualidade de mandatário da candidatura do Prof. Cavaco Silva, ao fazer uma ronda por todas as secções de voto do concelho, tinha



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

reparado em algumas onde o executivo camarário ainda não tinha passado; que, não sabia se era verdade ou não, se o executivo tinha ou não feito a ronda, mas a ser verdade que não tinha feito, julgava que a importância de uma ronda por parte do executivo para acompanhar o desenrolar do processo eleitoral, uma simples visita de cortesia, era algo que era habitual e as mesas de voto viam isso de forma positiva, pelo que achava que a Câmara Municipal, fosse ela qual fosse, devia manter essa atitude. Por fim, registou a elevada participação dos eleitores e a forma cívica como o acto eleitoral tinha decorrido, do mesmo modo que saudou a vitória do sr. Prof. Cavaco Silva a qual, disse, era sobretudo uma vitória de Portugal. -----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego fez também uma reflexão, reiterando o voto de congratulação expressado pelo sr. Vereador Dr. Luis Rocha pelo civismo e elevada participação dos eleitores e também pela vitória alcançada pelo Prof. Cavaco Silva, na medida em que tinha sido o candidato escolhido pela maioria dos Portugueses. Relativamente à chamada de atenção para o facto da ausência do executivo nas mesas de voto, disse que, ele próprio, não tinha passado em nenhuma mesa de voto, apenas tinha exercido o seu direito de voto na mesa que lhe competia, no entanto, tinha feito o acompanhamento permanente e constante através do STAPE local; que, tinham acontecido algumas situações menos normais, as quais tinha sido necessário resolver de imediato e tudo tinha sido feito através dos serviços de apoio local, não tendo estado em nenhuma das mesas, até para não ser apontado de nenhum tipo de discriminação. Sobre os pólos educativos, disse que era uma questão que merecia, de facto, alguma reflexão e a mesma tinha já sido iniciada no Conselho Municipal de Educação; que, o que estava a ser feito pelo anterior executivo era um trabalho consciente, fruto da carta educativa vigente que tinha identificado algumas das medidas a tomar, tendo sido desde logo identificado que a carta educativa não seria a mais consentânea com a realidade do concelho, existindo algumas pequenas falhas, tendo sido por todas identificadas e, particularmente, achava que tinha sido uma boa análise feita pelo anterior executivo; que, acerca da questão dos pólos educativos, tinha algumas dúvidas, sabendo, todavia,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

que era a linha política que estava a ser seguida em termos de futuro, embora algumas coisas pudessem vir a sofrer alteração, a nível da política educativa, no caso de virem a existir alterações a nível político; que, o assunto tinha também sido afluído na última sessão da Assembleia Municipal e era necessário algum tempo para ponderação e também para se poder confirmar se esta seria uma questão com desenvolvimento no futuro ou se, pelo contrário, se se trataria de uma “moda passageira”; que, os pólos educativos tinham algumas vantagens, mas as opiniões não eram consensuais e também não havia ainda uma orientação pedagógica uniforme quanto ao assunto; que, era verdade que existia uma sala de ATL em obras, as quais, pelo menos aparentemente, decorriam a bom ritmo, esperando-se que no 3.º Período já se encontrasse concluída, além de uma outra obra concursada, a escola do Casal S. Tomé, a qual se estava apenas a aguardar que fosse encontrada uma alternativa para que o normal funcionamento das aulas não fosse prejudicado, par além de outras duas escolas, a da Barra e a da Lentisqueira que tinham que ser bem ponderadas, uma vez que não podiam continuar como estavam; que, por outro lado, também se tinha que pensar muito bem se o futuro eram as pequenas escolas ou os pólos educativos e essa era a grande dúvida no momento; que, sobre aquela matéria, contava com a participação de todos, nomeadamente, dos vários órgãos municipais e também do Conselho Municipal de Educação para resolver o problema. Relativamente à questão do hóquei, informou que a sr.ª Vereadora Prof.ª Lurdes Mesquita tinha tido a amabilidade de, logo que o novo Executivo tinha iniciado funções, o colocar ao corrente do que se passava e existia um problema jurídico que estava a ser resolvido, mas nunca se tinha pensado em não dar continuidade ao projecto; que, ficava um pouco apreensivo quando lhe diziam que alguns pais estavam preocupados por acharem que o hóquei iria terminar e, na verdade, essa hipótese nunca tinha sido colocada; que, se não se tinha suspendido logo na altura, não era curial que se fizesse agora, ou então havia já uma convivência grande da Câmara Municipal, ao fim de três meses de exercício, por não ter cessado o projecto logo no início, apesar de ter conhecimento de que não estava tudo legal; que, o que estava a ser



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

feito era a tentativa de, através de um clube desportivo, o Lagonense, poder ser criada a escolinha de patinagem, à semelhança de outras já criadas anteriormente, de forma a que seja auto-sustentável, estando a procurar chegar-se a uma uniformização de financiamento, para evitar que uma associação recebesse mais apoio que outra; que, não se estava, portanto, a pensar em acabar com o hóquei, apenas tinha que se arranjar uma solução para os monitores porque se lhes estava a dever 1.100,00 € e, a seu tempo, seria submetida à aprovação do executivo uma proposta para pagamento dos serviços prestados. Disse, ainda, que tem tido contactos muito próximos com os monitores, que havia acordos verbais com o anterior Executivo que eram tão dignos como os que eram escritos e agora estava a surgir o problema dos monitores quererem o pagamento a 10,00 € à hora, quando o acordo anterior não era esse. No que respeita à AIBAP e à ABAP, disse que eram muito diferentes, infelizmente, se calhar, demasiadamente diferentes, porque a base de nascença tinha sido a mesma e, se calhar, alguém se tinha descartado de algum custo adicional que a AIBAP pudesse trazer; que, se falava e eram noticiadas duas boas novas, para municípios bem perto de Mira, em Condeixa e Montemor-O-Velho e, curiosamente, no mesmo dia em que era anunciado que Montemor tinha sido escolhido por uma empresa para fazer pilhas de hidrogénio, tinham tido uma reunião da plataforma poli-nucleada, à qual Mira pertencia, por deliberação do anterior executivo e o actual, de bom grado, estava a dar continuidade, e nesse grupo de trabalho tinham chegado a uma conclusão no sentido de que se tinha que optar por uma especialização; que, era necessário, como tinha afirmado o sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, era necessário fazer-se um trabalho prévio, de anos; que, também tinha afirmado o mesmo vereador que o Polo II era uma zona de excelência, e disso todos tinham a perfeita noção, mas tinha estado 4 anos abandonada; que havia sinais claros de interesse em investir em Mira, dados os inúmeros pedidos endereçados à Câmara Municipal pelos investidores; que, diziam os entendidos que era em tempos de crise e de recessão que os investidores se mostravam mais afoitos, era aí que se viam os bons investidores e os oportunistas; que, lhe apetecia perguntar quantos investidores se



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tinham instalado em Mira nos últimos anos; que, se calhar, também era necessário o tal trabalho prévio de base e que apenas tinha sido criada a infra-estrutura de base e nada mais; que, tem vindo a ser feito um trabalho muito consciente, dando continuidade ao que já existia, para a criação de outras zonas industriais e havia agora outras zonas de excelência, uma vez que iria existir um outro nó da auto-estrada no concelho. Ainda sobre a AIBAP, disse que muito se tem ali falado e que já se tinha chegado a um consenso, no sentido de ser considerado um projecto de excelência, que tinha sido abarcado, mas que tinha que ser muito bem analisado, pois o investimento que era necessário fazer no parque de negócios, no parque tecnológico era de milhões que iria dar rendimento e médio e longo prazo e por isso estavam agora tão envolvidos na plataforma poli-nucleada, para se conseguir cativar interesses não de forma isolada mas antes de forma participada, cada vez mais se lutando numa escala regional, sendo para isso necessário criar aliados para promover a região e, de forma assertiva, estavam através do “Aveiro Digital”, da “GAMA”, da “AMRIA”, etc. para se posicionarem junto de grupos de pressão, junto daqueles que poderão vir a ser potenciais investidores; que, tudo isso, era o pré-trabalho, aquele que não era visível, mas esperava-se que daqui a alguns anos todos ali estivessem a conglutinar-se com o reflexo do trabalho de base que estava agora a ser levado a efeito. -----

---- Interveio, de novo, o sr. Vereador Dr. João Carlos Rua que se reportou, uma vez mais ao hóquei, dizendo que não acompanhava o desenrolar o projecto no dia-a-dia, apenas tinha um contacto semanal e apenas tinha transmitido a sensação que tinha sentido no Pavilhão no último Sábado; que, pelo que tinha percebido, havia a intenção de envolver as associações, o que teria pontos positivos, mas também negativos que deveriam ser avaliados; que, lhe parecia que grande parte do material utilizado era cedido pela Faculdade de Ciências do Desporto da Universidade de Coimbra, daí que haviam alguns contactos que deveriam ser feitos e não deveriam ser negligenciados, designadamente com Prof. Amândio Cupido; que, passando o assunto para o domínio de uma associação, não sabia se seria possível manter esse relacionamento e daquilo que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

lhe era dado a perceber do projecto, achava que o Prof. Amândio Cupido era uma personagem-chave com quem deveria ser discutido o modelo de financiamento, podendo este, ao contrário do que o sr. Vereador Dr. Miguel tinha defendido, ser diferente, em função da génese de cada actividade. Relativamente à AIBAP, disse que a realidade hoje era muito diferente, exigia algum conhecimento em determinadas áreas e alguma investigação e trabalho e o retorno do investimento nunca seria de curto prazo; que, todavia, havia já um trabalho que vinha de trás e que importava não deixar amolecer, nomeadamente a relação estabelecida com as universidades; que, a pergunta que tinha colocado era bastante simples, designadamente, queria saber o que é que a Câmara pensava, como pensava actuar, quais as áreas definidas como prioritárias, qual o plano estratégico para a AIBAP, o qual não podia esperar mais um ano, tinha que ser já definido, tinha que se saber o que se queria, nomeadamente quando se tinha no Conselho de Administração uma pessoa que prezava bastante e que era excelente do ponto de vista técnico, que era o Eng<sup>o</sup>. Vitor Cardial e também quando se tinha no concelho pessoas como o Dr. Honório Campante e o Eng<sup>o</sup>. Sousa Pinto que trabalhavam com essas coisas diariamente e poderiam dar uma ajuda preciosa. Mais uma vez, referiu o Polo II, como zona de excelência do concelho, que não deveria ser ocupada com armazéns e deveria haver uma política coerente de atracção de empresas para lá. -----

---- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha interveio para fazer um comentário, na mesma linha anterior, dizendo que cada vez mais os municípios tinham que ter as condições óptimas para implantação de investimento, fosse ele de que área fosse; que, todos entendiam bem que os investimentos recentemente anunciados para Montemor e Condeixa não tinham caído do céu, antes eram o fruto de um trabalho de anos; que, acreditava que Mira também tem feito um trabalho importante, assim como concordava com o seu colega, Dr. João Rua, quando dizia que o Polo II era uma zona excelente, sobretudo pela sua localização, não concordando, no entanto, quando se dizia que tinha estado 4 anos ao abandono; que, ele próprio, não entendia porque não se tinha agido com mais rapidez, embora fosse sempre justificado o impasse pelo problema da regularização



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

administrativa da posse dos terrenos, cuja escritura só tinha sido celebrada em Maio ou Junho de 2005 e também com o Regulamento existente que não era exequível, face aos lotes vendidos, mas não se devia olhar para trás e sim para a frente e tinha quer se ter a ambição de aproveitar como outra zona de excelência a questão da Incubadora, associada ao parque de negócios e ao parque tecnológico, até porque julgava que Mira também tinha condições para, daqui a alguns anos, poder acolher investimentos daquele género como os que se tinha falado e tinham que se abrir todos os caminhos, todas as janelas e todas as portas de oportunidade para que as coisas pudessem evoluir. -----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para esclarecer que, no tocante ao hóquei, quando tinha dito que o modelo deveria ser todo igual, queria referir-se ao modelo de financiamento, de modo a haver igualdade no financiamento, de forma a que se um pai tinha que pagar para o filho andar no karaté ou no atletismo, devia, de igual forma, financiar de forma substancial e não apenas de maneira simbólica, para o filho andar no hóquei; que, a “Mirela” tinha começado com um objectivo muito específico, que tinha sido o Campeonato de Hóquei em Patins e era necessário, naquela altura, cativar jovens para que houvesse alguma animação e para trazer alguma vantagem do campeonato da Europa, mas passada essa fase, os pais deviam entrar de forma mais decisiva naquele processo; que, existia um acordo verbal, de cavalheiros, com a anterior Vereadora e também já consigo próprio, entre a Associação de Patinagem, o Prof. Amândio, na qualidade de representante do FCDEF e o Presidente da Federação de Patinagem e também o próprio Governador Civil em que lhes tinha lembrado os compromissos que tinham sido assumidos e os quais não estavam agora a ser cumpridos e não tinha que ser apenas a Câmara Municipal a arcar com as responsabilidades; que, isso já estava perfeitamente estabelecido, tanto era que a Federação de Patinagem continuava a estagiar em Mira, com as várias equipas, com uma pequena alteração, pois não se podia aceitar tudo de forma passiva e tinha sido pedido que houvesse mais colaboração com as escolas, que fizessem mais divulgação nas escolas, que fossem alterados alguns horários para conciliar a utilização do pavilhão com as necessidades



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

das turmas para não serem sempre as mesmas turmas penalizadas; que, os equipamentos que eram utilizados era apenas uma parte do que tinha sido prometido e devia ser dado ainda mais e a única entidade que melhor estava a cumprir com o prometido era a Associação de Patinagem de Coimbra porque todas as outras entidades não estavam a cumprir com aquilo que tinham prometido à sr<sup>a</sup>. Vereadora Lurdes Mesquita, daí que a Câmara Municipal estava a assumir uma postura de exigência dos compromissos assumidos. A finalizar, reportou-se ao Pólo II, manifestando-se de acordo com o que tinha sido dito, designadamente que deveria ser uma zona de excelência, com as melhores empresas lá instaladas, cuidadosamente seleccionadas, mas já havia alguns compromissos anteriormente assumidos, tinha havido alguns acordos estabelecidos sobre os quais não podia simplesmente ser passada uma borracha, assim como o regulamento que não estava de acordo e por isso se estava a trabalhar na sua alteração. Também no tocante à necessidade de abrir caminhos, como o sr. Vereador Dr. Luis tinha referido, disse que era isso mesmo que a Câmara Municipal estava a fazer, eram essas, aliás, as instruções dadas pelo sr. Presidente da Câmara de que se devia estar atento a tudo, estar por dentro de tudo e ter voz activa em tudo e para isso não era apenas necessário estar no concelho de administração ou nos órgãos sociais, era ser activo e participativo, ir às reuniões e não faltar nos momentos decisivos e não ler apenas as actas, porque o que tinha verificado na plataforma poli-nucleada era que estavam muitas coisas a fugir de Mira e a Câmara agora tinha que reivindicar e dizer que estava aberta para acolher investidores, uma vez que para isso possuía boas áreas e também boa vontade para acolher. -----

---- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua interveio e disse que, relativamente ao regulamento da Zona Industrial e à necessidade da sua alteração, estava disponível para ajudar no que fosse preciso, tanto mais que era uma das áreas em que trabalhava todos os dias. Mais solicitou que, se fosse possível, lhe fosse fornecida informação relativamente aos compromissos assumidos para o Pólo II e também sobre os lotes que ainda estavam livres e ocupados. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- O sr. Presidente da Câmara também usou da palavra para dizer que, no fundamental, concordava com o que tinha ali sido dito, embora houvesse posições divergentes, num ponto ou noutro, mas que acabavam por se cruzar no que era essencial, desde logo no tocante à questão da AIBAP em que todos estavam de acordo relativamente à necessidade de cativar empresas para Mira, para fomentar o desenvolvimento tecnológico, científico, de formação, etc., ainda mais por se tratar de uma empresa de carácter privado, sem fins lucrativos e, quanto a isso, todos estavam de acordo, no sentido de desenvolver o projecto que, em boa hora, tinha vindo para Mira ; que, todavia, a situação tinha que ser bem analisada e ainda recentemente tinha estado numa reunião do Conselho de Administração da AIBAP, estando em permanente contacto e envidando esforços no sentido de defender o projecto, mas tinha que ser realista e tinha que se saber qual tinha que ser o esforço que a Câmara Municipal tinha que fazer para dar seguimento ao projecto e já tinha chegado à conclusão que o que faltava fazer era o que não tinha sido feito pelo anterior Executivo, ou seja, a aquisição dos terrenos e a sua infra-estruturação; que, nenhuma empresa se fixava em Mira em terrenos particulares, que não estavam infra-estruturados; que, no perímetro exigido pela ABAP, que era enorme, apenas tinha sido adquirido um único terreno, no seu segundo mandato, sendo os restantes todos privados e essa era a grande dificuldade da Câmara; que, era a opinião de todos de que Mira perdeu já a oportunidade e continuava a perder, no entanto havia protocolos esquematizados com a Universidade de Aveiro, na área da nanotecnologia, as agendas de trabalho do Conselho de Administração eram bastante extensas e ambiciosas, constituindo um desafio ao qual não tem fugido; que, as questões de base não tinham sido acauteladas e era por aí que se deveria ter começado; que, a sua posição pessoal e, certamente, a de todos, era no sentido de que se devia tentar salvar o projecto, tirando os máximos dividendos para o concelho, mas havia um trabalho grande a fazer e não era fácil porque havia muitos terrenos para adquirir, o saneamento daquela rua não estava executado, a situação financeira da Câmara não era fácil e, enfim, as questões para resolver eram inúmeras. Disse ainda que, na 1ª. Reunião do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Conselho de Administração tinha tentado sensibilizar a ABAP para o seguinte: uma vez que os terrenos não eram ainda da Câmara, nem estavam infra-estruturados, pelo que nenhuma empresa se iria ali instalar sem condições, possuindo a Câmara alguns terrenos, embora não infra-estruturados, designadamente os do Montalvo que até se localizavam bem perto do futuro nó da auto-estrada, havia a hipótese de se avançar para aí, até porque já estava a ser feito um estudo, pelo Chefe da D.O.M, no sentido de se fazer a ligação do nó por caminhos particulares à futura zona do Montalvo, mas a mentalidade na AIBAP não era essa, não pretendiam sair do local programado, não percebia bem porquê. No entanto, disse, teria que ser feita a aquisição dos terrenos faseadamente, dado que eram muitos e não podiam ser adquiridos de uma só vez. Quanto ao Pólo II, disse que tinha sido um projecto bastante elogiado, que trazia algumas vantagens para o concelho, nomeadamente a possibilidade de serem retiradas do centro da vila algumas empresas que se encontravam a laborar, permitindo a disponibilização do espaço para requalificação posterior, como era o caso da fábrica de serração existente na Rua Luisa de Gusmão, tendo também havido a assunção de alguns compromissos com particulares; que, estava a ser feito o levantamento da situação, para se chegar a uma conclusão dos lotes que estavam comprometidos e daqueles que ainda estariam livres, enfim, estava a ser feito um trabalho e um estudo intenso para resolver a situação e se poder avançar e colocar em funcionamento aquele Pólo. Ainda no tocante aos terrenos necessários para a AIBAP, informou que se estava a fazer o levantamento e se tinha concluído que o Pinhal das Aboboreiras estava fora da RAN, com condições para que a Câmara possa para ali pensar um qualquer projecto, assim como o depósito de água dos Portinhos que estava desactivado e ainda alguns terrenos junto da Fonte do Cabaço, perto do futuro nó da A17, vários hectares de terreno, onde tinham sido encontradas umas pedras enormes, supostamente ali colocadas na altura em que era Presidente da Câmara o sr. Barros, provavelmente com a intenção de ali ser construída uma fonte e que agora teriam que ser retiradas e transportadas para os armazéns da autarquia. Sobre as questões levantadas pela sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof<sup>a</sup>. Lurdes, relativamente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

ao assunto da Técnica de Serviço Social, disse que se continuava a aguardar o parecer da CCDR; quanto à movimentação de terras junto à Herdade do Lago Real, disse desconhecer de que se tratava, não sabia se estaria relacionado com alguns trabalhos da 2ª. fase da Variante ou não, mas que registava a intervenção e iria analisar o que se estava a passar. Relativamente a duas pessoas de Mira ali já referidas mais do que uma vez pelo sr. Vereador Dr. João Rua, o sr. Dr. Honório Campante e o sr. Engº. Sousa Pinto, disse que eram pessoas com as quais estava a ser mantido contacto, com as quais se conversava com alguma assiduidade e se trocavam ideias relativamente a projectos considerados importantes para Mira. A finalizar a sua intervenção, o sr. Presidente da Câmara reportou-se ao último acto eleitoral para dizer que, embora não tivesse sido feita uma ronda presencial pelas assembleias de voto, com as tecnologias de que actualmente se podia dispor, ela não tinha deixado de ser feita, mesmo à distância, através dos meios informáticos. Também a esse propósito, disse que a vitória do Prof. Cavaco Silva tinha sido para si uma surpresa, mas evidentemente que endereçava ao novo Presidente da República os seus parabéns pelo resultado alcançado, assim como às forças que lhe disponibilizaram o seu apoio e fez um voto no sentido de que Portugal venha a ganhar com a eleição verificada.-----

---- Seguiu-se a intervenção da srª. Vereadora Drª. Sandra que, relativamente ao procedimento de consulta a dois Técnicos de Serviço Social, informou que tinham já sido solicitadas as propostas, aguardando-se a entrega das mesmas. -----

---- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua fez uma última intervenção, dizendo que pretendia manifestar a sua satisfação pelo discurso do sr. Presidente da Câmara e também do sr. Vereador Dr. Miguel, uma vez que, pelo menos na questão da AIBAP, demonstravam que estava a ser alvo de estudo e de atenção; que, poderia ser importante a proximidade da AIBAP com o futuro parque tecnológico, o que não invalidava que houvesse negociações tendo em vista outras soluções, já que existia património na zona do Montalvo que poderia permitir permutas ou outros negócios jurídicos; que, também lhe parecia excelente a ideia de explorar ou de avaliar as áreas livres no Pólo II e muito



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

se congratulava com as palavras do sr. Presidente da Câmara, proferidas a esse respeito; que, gostava de ser informado relativamente aos compromissos anteriormente assumidos sobre o Pólo II, pese embora achasse que não poderiam ser muitos, até porque havia o problema do registo dos terrenos. Quanto às infra-estruturas da AIBAP, disse que lhe custava a compreender e que poderia haver ali alguma incoerência, pois corria-se o risco do edifício ficar concluído e não haver possibilidade de se ligar a água e o esgoto, mas o que também era verdade era que tinha sido previsto em orçamento apenas 50.000,00 €, o que significava que não havia a intenção de fazer as infra-estruturas, pois tal verba dava somente para a execução do projecto; que, eram essas incongruências que não percebia, mesmo consciente das dificuldades financeiras e o projecto da AIBAP não era, reconhecidamente, um processo fácil, mas havia coisas pequenas que podiam ou deviam ser consideradas e se se fosse verificar o orçamento, em várias rubricas, na capítulo “Outros”, existiam verbas que provavelmente reunidas seriam suficientes para fazer face à realização das infra-estruturas da AIBAP. -----

---- O Dr. Miguel Grego interveio para chamar a atenção para dois tempos diferentes, o da aprovação do orçamento da Câmara Municipal e o da entrada no Conselho de Administração da AIBAP e disse que, aquando da aprovação do orçamento não havia o conhecimento claro e correcto de todo o processo, do que faltava fazer e dos compromissos assumidos e das condições em que estavam, ao contrário do que hoje já se sabia, do que faltava fazer, se estava ou não assegurado o financiamento e das responsabilidades que impendiam sobre a Câmara Municipal; que, sendo tão pouco o dinheiro, tinham sido tão criticados por falta de ambição, se fosse destinada uma verba avultada, com menos obras, seria feita uma crítica ainda maior e que não passava pela cabeça de ninguém que uma obra daquelas não tivesse acautelada as questões básicas.--

---- Seguidamente, informou, a propósito de questão colocada pela sr. Vereadora Profª. Lurdes em reunião anterior, que a agenda cultural já estava em andamento, encontrando-se na gráfica para impressão, que, tinha sido mantido a mesma periodicidade (bimensal) e a mesma padronização, tendo sido introduzidas pequenas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

alterações, um mero refrescar da sua imagem. Ao mesmo tempo, aproveitou para entregar a todos os senhores Vereadores um simples “print” daquilo que iria ser a versão final. -----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro):**-----

---- Foram tomadas as seguintes deliberações:-----

----- **A) DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

---- **HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO, EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA, DE TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GOLFE, ESTRUTURAS DE APOIO E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS ASSOCIADOS:** ---

---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a *proposta n.º 22/06*, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de serem aprovadas as condições gerais da hasta pública referida em epígrafe, as quais se encontram anexas à presente acta, dela fazendo parte integrante, bem como, a constituição da Comissão/Júri que deverá presidir à mesma. Mais foi deliberado submeter as referidas condições da hasta pública à Assembleia Municipal, a fim de obter a necessária autorização, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara disse que se tratava de questão antiga e que nada de novo havia para apresentar, a não ser alguma adaptação à realidade actual e alguma adequação aos tempos presentes; que, havia necessidade de actualizar algumas coisas, desde logo uma redução do preço base de licitação, que tinha sido considerado demasiado elevado e o que se pretendia era avançar para a hasta pública de forma a conseguir-se, desta vez, concretizar a alienação dos terrenos destinados à implantação do Campo de Golfe. -----

---- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha questionou qual tinha sido o critério que tinha estado na base da diminuição do preço, em cerca de  $\frac{1}{3}$  face ao anteriormente estipulado como base de licitação para a hasta pública.-----

----- Reportou-se, depois, ao Edital e ao conteúdo da alínea c) que prevê que, em caso



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

de falta de licitação, se possa recorrer à negociação directa com eventuais interessados na compra e disse não compreender a razão de ser de tal alínea, uma vez que, anteriormente, o Sr. Presidente da Câmara, enquanto elemento da oposição, sempre se tinha manifestado contra essa possibilidade, daí não perceber a razão de ser da manutenção daquela alínea. -----

---- Seguiu-se a intervenção do Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua que começou por elogiar a Câmara Municipal por manter em agenda aquele projecto, o qual elegia como projecto estruturante, que poderá vir a ter implicações na dinâmica e no desenvolvimento do concelho de Mira.-----

----- Disse também ter algumas dúvidas, nomeadamente, que não conhecia o programa da hasta pública, que comungava da mesma preocupação exposta pelo sr. Vereador Dr. Luís Rocha, quanto à questão do preço, com base em que é que tinha sido calculado, etc.; que, o projecto do Campo de Golfe, tal como o conhecia, estava longe de ser um projecto linear, pressupondo a elaboração de um plano de pormenor, dado o terreno em causa estar inserido em Reserva Ecológica Nacional e tendo em vista a resolução do problema de enquadramento urbanístico-administrativo e pelo que sabia, um plano de pormenor podia sempre alterar as cargas previstas, sendo as actuais de 80 fogos, com 400 m2 cada, o que para si era uma estupidez e sem alterar a carga poderia transformar-se o mesmo índice, em vez de 80 fogos com 400 m2 cada, em 160 fogos com 200 m2 cada um e assim o valor, do ponto de vista do investidor, seria totalmente diferente e daí querer saber se estas questões, que considerava essenciais, tinham ou não sido consideradas na análise feita.-----

----- Mais disse que, o projecto tal como estava não lhe parecia muito atractivo, mas havia a hipótese de, por via de uma pequena alteração de índice ou meramente do número de fogos, o tornar, do ponto de vista comercial, muito mais interessante; que, podia novamente acontecer o que já tinha acontecido, isto é, a hasta pública podia ficar deserta e a Câmara podia partir para uma negociação directa com interessados, através de parcerias público-privadas, o que achava uma excelente medida. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- A sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof<sup>a</sup>. Lurdes Mesquita interveio para colocar uma dúvida, designadamente, se não seria mais correcto anular primeiro programa da Hasta Pública que tinha sido anteriormente aprovado e só depois fazer a alteração agora proposta, uma vez que tinha sido alterada a base de licitação. -----

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para dizer que, no tocante à necessidade ou não de se anular o que tinha sido anteriormente aprovado, seria dada a informação pela Chefe da D.A.F., ali presente. No que respeita ao programa da Hasta Pública, disse que se mantinha nos mesmos parâmetros anteriores e era um documento substancial que definia todos os passos a ter em conta; que, no que respeita à alínea c), do Edital, relativa à venda directa, só seria possível após deliberação da Câmara, sob proposta do Sr. Presidente e só depois da Hasta Pública ter ficado deserta por mais duas vezes; que, de facto, o Sr. Presidente da Câmara tinha sido contra a possibilidade de se recorrer à venda directa, mas pensava que aquela possibilidade não iria agora ser utilizada, até porque existiam indícios muito claros de que havia muitos interessados no golfe.-----

----- Disse ainda que, em tempos, a hasta pública tinha ficado deserta, pelo que se sabia devido à rapidez com que o processo tinha sido elaborado e publicitado e que alguns dos interessados não tinham tido tempo para oficializarem a sua candidatura.-----

----- Esclareceu ainda que a definição do preço base tinha em conta vários aspectos e, obviamente, tinha sido feita uma avaliação do mercado, assim como tinha sido feita uma auscultação de preços de alienação de alguns campos de golfe e não se podia esquecer que o campo de golfe da Figueira da Foz estava em E.I.A. (Estudo de Impacte Ambiental), com um interessado muito definido, que já tinha manifestado publicamente o seu interesse naquela aquisição, inclusivamente os valores eram também mais ou menos públicos; que, havia coisas a ter em conta, por um lado a concorrência directa, uma vez que, se a Câmara de Mira se atrasasse eles iriam avançar, para além de que estava previsto um outro em Aveiro e Viseu e quem primeiro avançasse mais rapidamente ocuparia uma quota no mercado, daí que havia todo o interesse em se avançar o mais



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

rapidamente possível para uma hasta pública em que fossem acautelados, indubitavelmente, os interesses do concelho, mas em que se tivesse a certeza de que iriam aparecer vários interessados, que poderiam disputar a hasta pública e todos deveriam unir-se e dar as mãos para que o projecto fosse um sucesso, caso contrário, daqui a 10 ou 12 anos continuar-se-ia a ver boletins municipais com fotografias virtuais do campo de golfe e na realidade ele não existiria.-----

---- Autorizada a intervir, a Dr<sup>a</sup>. Carmen esclareceu que, tal como consta do artº. 138º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, os actos administrativos válidos podem ser revogados por iniciativa dos órgãos competentes, sendo a revogação o acto através do qual a Administração faz cessar os efeitos de um outro acto, por se entender, nomeadamente, que ele já não é conveniente para o interesse público. Ora, no caso concreto, o procedimento concursal da Hasta Pública a que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Lurdes Mesquita se referiu, ficou deserto, não chegando a produzir qualquer efeito, de facto e de direito, não sendo necessário revogar um acto que não produziu efeitos.-----

---- Novamente, usou da palavra o Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua que referiu que não tinha colocado em causa o tempo, apenas tinha alertado para a necessidade de se avançar e bem.-----

---- Disse, também, que os campos de golfe não eram atractivos para ninguém, não o eram os que ficavam situados na Área Metropolitana de Lisboa, não seriam, certamente, os outros e o que mais atraía os investidores era a carga imobiliária que fosse permitida; que, deveria ser acautelado, logo à partida, através do plano de pormenor, a eventual alteração dos índices e não permitir que ao alienar-se o terreno para construir 80 fogos, depois fosse permitida a construção de 160 ou 200; que, o preço podia reflectir uma determinada carga urbanística, mas com o plano de pormenor, ela podia duplicar ou até triplicar, o que era bem possível sem nenhum reflexo negativo para o ambiente e era até desejável, o interesse da Câmara deveria ser sempre acautelado.-----

---- O sr. Vereador Dr. Luís Rocha interveio para dizer que a função de todos os que ali estavam era defender ao máximo os interesses do Município; que, se havia muitos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

interessados no golfe ainda bem, estava de acordo, só não percebia qual a razão de ser de se ter baixado a base de licitação; que, não se esperava apenas receita, certamente que a Câmara ainda teria que fazer algum investimento a nível das infra-estruturas, pelo menos até à localização do campo, em arruamentos, etc. e a sua dúvida tinha a ver com isso, o Município devia defender ao máximo todos os interesses nesse campo. -----

---- Uma vez mais, usou da palavra o sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, para deixar uma reflexão no sentido de que não se deveria ter medo da concorrência dos vizinhos ou de quem avançasse primeiro, porquanto todos os estudos de mercado referiam que para que o campo de golfe e as unidades hoteleiras a ele associadas fossem rentáveis, era conveniente que numa área de 30 Km houvesse, no mínimo, 4 campos de golfe, porque o turista de golfe tem o maior interesse em ficar num sítio em que, dentro daquele raio, possa experimentar 3 ou 4 graus de dificuldade diferentes, daí que era até importante que a Figueira tivesse campo de golfe, assim como Aveiro, Mira, Vagos, Murtosa, etc., porque só assim haveria capacidade suficiente para atrair o mercado Inglês, Nórdico, etc., daí que fosse uma vantagem e não uma desvantagem. -----

---- Seguiu-se a intervenção do sr. Presidente da Câmara que disse que lhe parecia que a questão já estava bem dissecada; que, o anterior Executivo tinha feito uma hasta pública, que tinha ficado deserta por alguma razão e, segundo tinha conseguido apurar, com a base de licitação que estava aprovada, seria muito complicado chegar-se à alienação; que, para além da publicidade que deveria ser feita à realização da hasta pública, também se tinha procurado uma maior aproximação à realidade actual do mercado e tinha sido nessa base que se tinha partido para as alterações propostas; que, quanto ao facto de anteriormente se ter manifestado contra a venda por negociação directa, afirmou que era verdade a sua posição, embora se prendesse mais com a alienação dos terrenos do Pinhal da Gândara, mas um pouco por analogia se tinha também arrastado para o campo de golfe; que, existia sempre bem patente no programa da hasta pública uma linha de prioridades, pelo que o recurso à venda por negociação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

directa apenas seria possível depois da hasta pública ficar deserta por três vezes, privilegiando sempre, portanto, o recurso à hasta pública. -----

---- O sr. Vereador Dr. João Rua fez ainda uma sugestão no sentido de que não deveria haver medo de se fazer a negociação directa, nem do concurso ficar deserto, porque se isso acontecer, poderá sempre ser escolhido o parceiro para se negociar e conseguir a proposta que melhor interesse ao concelho; que, o plano de pormenor poderia levar mais tempo, ser um processo do ponto de vista urbanístico-administrativo mais longo, mas poderia mexer naquilo que tornaria o projecto mais ou menos atractivo, que era a quantidade de construção que seria permitida; que, a transparência não se media pela figura do concurso público, aliás, os concursos públicos eram, no seu entender, os menos transparentes que existiam no país. -----

---- Também o sr. Vereador Dr. Luís Rocha interveio, de novo, para dizer que a questão que tinha colocado relativamente à alínea c) do Edital era, obviamente, uma questão política, não havendo da sua parte qualquer questão de especulação imobiliária ou o que quer que fosse e mesmo que se chegasse à via da negociação directa, o importante era que se fizesse um bom negócio e todos ali tinham inteira confiança no sr. Presidente da Câmara que, certamente, defenderia os interesses do concelho de Mira da melhor maneira. -----

---- O sr. Presidente da Câmara esclareceu novamente que a prioridade não seria a alienação por negociação directa, mas depois do que tinha ali sido afirmado, ficava com a certeza de que se o impasse se continuasse a manter e as hastas públicas ficassem sucessivamente desertas, se houvesse necessidade de propor a negociação directa, certamente que seria por todos aprovada. Para além disso, disse ainda que, embora respeitando a opinião do Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, para ele a hasta pública ou o concurso público era a forma mais transparente de alienação. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo a proposta sido aprovada, por maioria, com 3 abstenções, dos senhores Vereadores Prof<sup>ª</sup>. Maria de Lurdes Mesquita, Dr. Luís Rocha e



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Dr. João Carlos Rua e 4 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Dr. Manuel Martins, Dr<sup>a</sup>. Sandra Margarida Pereira e Dr. Miguel Grego.-----

---- **Declaração de voto:**-----

---- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua declarou que a abstenção se fundamentava no facto de não terem conhecimento do programa da hasta pública, designadamente se o mesmo respondia e salvaguardava as preocupações manifestadas ao longo da discussão do assunto. -----

---- **Assunto da Divisão Administrativa e Financeira não incluído na ordem de trabalhos da reunião, analisado e votado ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro:** -----

---- **PROJECTO “HABITAÇÃO E SAÚDE” – CM MIRA, OMS, DGS:** -----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 23/2006*, no sentido de ser assumido perante a O.M.S. (Organização Mundial de Saúde) o apoio ao projecto “Habitação e Saúde”, nos termos referidos na citada informação, a qual se encontra anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

---- O sr. Vereador Dr. Manuel Martins, fez uma sucinta explanação relativamente ao projecto, tendo referido que se tratava de um projecto ligado à habitação e saúde, desenvolvido pela Câmara Municipal de Mira, a Organização Mundial de Saúde e a Direcção-Geral de Saúde, que iria decorrer de 08 de Fevereiro a 06 de Março próximos.

---- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha quis saber relativamente a custos do referido projecto, uma vez que os mesmos não estavam quantificados na proposta, tendo o sr. Vereador Dr. Miguel Grego esclarecido que não estavam ainda quantificados os gastos do projecto, uma vez que estava ainda dependente de reunião com os entrevistadores e as restantes pessoas envolvidas, até porque a proposta feita pela OMS e que tinha por base o projecto desenvolvido no ano passado em Ferreira do Alentejo, tinha sido considerado pela Autarquia um pouco elevada e, por isso, tinha-se elaborado uma outra significativamente mais baixa, que iria ser apresentada à equipa, pelo que não era ético,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nem cordial, estar a divulgar já os valores, sem antes ser apresentada a proposta à equipa que iria desenvolver o trabalho muitas vezes fora de horas, ao fim-de-semana, à noite, etc.-----

---- O sr. Presidente complementou a informação anterior, dizendo que o que se tinha pretendido tinha sido assegurar a proposta do projecto, por ser uma questão aliciante, ligada a questões tão importantes da vida, como a habitação e saúde; que, depois de reuniões com a OMS e de algumas informações positivas relativas ao projecto desenvolvido em Ferreira do Alentejo, se tinha concluído que se tratava de um projecto com mais-valias para o concelho de Mira, pese embora algum investimento que tinha que ser feito, estando a ser aquilatados todos os custos inerentes, tentando-se que fosse o menos dispendioso possível.-----

---- Tendo a sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Mesquita questionado se já havia espaço para o funcionamento do projecto, o sr. Presidente da Câmara informou que estava a ser preparada uma sala no 2.º andar do edifício da Biblioteca que iria servir para o efeito.-----

---- O sr. Vereador Dr. Martins disse ainda que os munícipes iriam ser informados relativamente aos inquéritos que iriam ser feitos, que o projecto iria ser divulgado na comunicação social e também por outros meios e que tudo estava a ser feito para que a acção fosse um sucesso.-----

---- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha declarou que estava de acordo com o projecto, dada a sua utilidade, acreditando, ao mesmo tempo, que a Câmara Municipal iria tentar negociar a melhor proposta possível, do mesmo passo que esperava que fossem depois dados a conhecer os custos respectivos.-----

**----- B) DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:-----**

**---- LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS AUTORIZADOS PELO SR. VICE - PRESIDENTE, NO CONTEXTO DA DELEGAÇÃO E SUB-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----**

----- Foi tomado conhecimento, para cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 65º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, no contexto da delegação e sub-delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 10 de Janeiro corrente e 20 do mesmo mês, bem como, dos respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante. -----

**---- NOMEAÇÃO DE ELEMENTOS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS A CEDER À CÂMARA MUNICIPAL:-----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 25/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 20 de Janeiro corrente, no sentido de serem nomeados os técnicos municipais, Eng<sup>a</sup>. Paula Cristina Rodrigues de Oliveira Lourenço, Chefe da DPGU e Eng<sup>o</sup>. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, Chefe da DOM, para integrarem a comissão de avaliação de imóveis a ceder à Câmara Municipal, prevista no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) e, bem assim, fixar o valor dos honorários a cada avaliador e por avaliação em 50,00 € (cinquenta euros), a pagar pelo requerente.-----

**----- C) DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURA E DESPORTO:-----**

**---- PARECER/PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MIRA – TOMADA DE CONHECIMENTO:-----**

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento do parecer/proposta/recomendação do Conselho Municipal de Educação, referente a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 12 de Janeiro de 2006, o qual se encontra anexo à presente acta, dela ficando a fazer parte integrante. -----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio para esclarecer pormenorizadamente o conteúdo do documento em apreço, tendo dito, designadamente, que o mesmo estava projectado individualmente em cada uma das propostas de atribuição de subsídios às escolas que a seguir iriam ser apresentadas. Esclareceu, desde logo, que aqueles subsídios deveriam ter sido atribuídos no início do ano lectivo mas, fruto do período que se atravessou - eleições autárquicas - tinha-se optado por não o fazer nessa altura e tinha agora sido tratado em Conselho Municipal de Educação; que, após análise daquilo que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tinham sido os subsídios anteriormente concedidos às crianças e estabelecimentos de ensino do concelho, bem como a compromissos assumidos pelo anterior executivo, ainda que de forma verbal, a comissão tinha deliberado elaborar o dito parecer/proposta/recomendação o qual serviria para fundamentar os subsídios atribuídos, designadamente os seguintes: subsídio no montante de 2.362,50 € ao Agrupamento de Escolas, o qual tinha já sido acordado com o anterior Presidente da Câmara em reunião realizada no mês de Setembro último em que o valor seria majorado em mais 5% relativamente ao do ano anterior. Sobre este subsídio, disse que tinha alguma dificuldade em perceber e explicar o mesmo às várias escolas, pois os Directores de cada escola certamente desejariam gerir o dinheiro de uma forma mais directa, mas era um subsídio já prometido e tinha-se entendido por bem dar-lhe cumprimento, uma vez que o ano lectivo já estava a decorrer podendo, eventualmente, no próximo ano lectivo, ser introduzida alguma alteração. Disse também que se propunha a atribuição de uma verba aos alunos do 1.º Ciclo, destinada a material de desgaste, de 5,00 €, verba essa que, anteriormente era de 3,00 €, mas tinha sido feito um acerto no sentido de equiparar as verbas atribuídas aos alunos do 1.º Ciclo e dos Jardins de Infância, pelo que estes passariam a ter disponibilizada uma verba de 10,00 € por aluno, enquanto que anteriormente era de 15,00 €, até porque a educação Pré-Escolar também era subsidiada com o montante de 200,00 € por sala e, por isso, numa tentativa de não sobrevalorizar ainda mais o orçamento destinado à Educação, tinha-se optado por gerir de forma diferente os recursos de que a Autarquia dispunha; que, bem se sabia que se tratava de ciclos de ensino completamente diferentes e das particularidades de cada um, mas também se sabia o que era presentemente exigido ao 1.º Ciclo, nomeadamente com o complemento da actividade lectiva que acarretava mais alguns custos para um melhor acompanhamento dos alunos; que, todos reconheciam que a educação era um investimento prioritário e que, cada vez mais, tendia a esbater-se a diferença entre o 1.º Ciclo e os Jardins de Infância; que, sem querer colocar em causa a gestão do Agrupamento de Escolas, cada vez mais achava que os Directores de cada



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

escola poderiam fazer uma gestão dos recursos mais consentânea, mesmo sabendo que o Agrupamento tinha várias despesas com todas as escolas, nomeadamente fotocópias e outras despesas afins; que, tinha sido com base numa análise cuidada de toda a situação, partindo do Conselho Municipal de Educação e do que era norma anteriormente e tendo em conta que o ano lectivo já estava em vigor e as escolas estavam a contar com os subsídios, que se tinha optado por não fazer mudanças muito radicais. Mais disse que, posteriormente, iria ser feita no Conselho Municipal de Educação uma análise mais profunda da situação, por forma a serem atempadamente delineadas as linhas orientadoras para vigorarem no próximo ano lectivo. -----

**---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA:----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 26/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 18 de Janeiro corrente, no sentido de ser atribuído um subsídio, no montante de 2.362,50 € (dois mil, trezentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), ao Agrupamento de Escolas de Mira, conforme o estabelecido no acordo verbal celebrado com o anterior executivo, que estabelece um acréscimo anual de 5% ao valor atribuído no ano transacto (2.250,00€). -----

**---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO, DESTINADO A MATERIAL DE DESGASTE: -----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 27/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 18 de Janeiro corrente, no sentido de ser atribuído um subsídio, no montante de 5,00 € (cinco euros), destinado a material de desgaste, por cada aluno das escolas do 1.º CEB do concelho de Mira, designadamente, Barra, Barra Norte, Carapelhos, Casal S. Tomé, Cavadas, Corticeiro de Baixo, Lagoa, Leitões, Lentisqueira, Mira, Portomar, Praia de Mira e Seixo, num total de 524 alunos, perfazendo a verba global de 2.620,00 € (dois mil, seiscentos e vinte euros).-----

**---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO MONTANTE DE 200,00 €, POR CADA SALA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: -----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 28/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 18 de Janeiro corrente, no sentido de ser atribuído um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

subsídio, no montante de 200,00 € (duzentos euros) a cada uma das salas de Educação Pré-Escolar, destinado a aquisição de material de desgaste, totalizando o mesmo 2.000,00 € (dois mil euros). -----

**---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO MONTANTE DE 10,00 €, POR CADA CRIANÇA DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, A FREQUENTAR A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA: -----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 29/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 18 de Janeiro corrente, no sentido de ser atribuído um subsídio, no montante de 10,00 € (dez euros), por cada criança que frequenta a componente de apoio à família nos Jardins de Infância da Praia de Mira, Mira, Barra, Lentisqueira, Casal S. Tomé, Portomar e Carapelhos, totalizando a verba global de 2.020,00 € (dois mil e vinte euros), correspondendo a um total de 202 crianças. -----

**---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A CRIANÇAS CARENCIADAS, DESTINADO A FAZER FACE A DESPESAS COM LIVROS E MATERIAL ESCOLAR: -----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 30/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 18 de Janeiro corrente, no sentido de ser atribuído um subsídio, no montante de 40,00 € (quarenta euros) aos alunos carenciados integrados no escalão A e 25,00 € (vinte e cinco euros) aos alunos carenciados integrados no escalão B, para aquisição de material escolar e livros. -----

**---- CONCURSO PARA CRIAÇÃO DE UM NOME PARA A NOVA “MASCOTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE MIRA”, DESTINADO ÀS CRIANÇAS DE 1.º CEB DO CONCELHO DE MIRA: -----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 31/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 20 de Janeiro corrente, no sentido de serem assumidas as despesas inerentes à realização do concurso mencionado em epígrafe, designadamente com o prémio que será atribuído à turma vencedora, constituído por material didáctico, no valor de 100,00 € (cem euros). -----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego esclareceu a razão de ser da proposta mencionada, tendo dito que, basicamente, a filosofia que tinha presidido à ideia do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

concurso tinha sido a criação de uma mascote que identificasse o Serviço Municipal de Protecção Civil, sobretudo perante um público mais jovem; que, o que tinha estado na génese da ideia tinha sido o tristemente célebre episódio da menina Inglesa, aquando do “Tsunami” e aqui o que se pretendia era também chegar junto das pessoas, designadamente o público escolar, Jardins de Infância e 1º. Ciclo e até mesmo 2º. Ciclo para que possam levar a mensagem para casa e, para isso, nada melhor do que criar-se uma mascote e serem eles próprios a apadrinharem-na; que, a ideia de concurso era apenas no sentido de dinamizar e envolver a comunidade escolar, em que a participação iria ser feita por turma, por forma a permitir, logo à partida, uma pré-selecção; que, as escolas têm vindo a ser visitadas por duas técnicas da Câmara Municipal que estavam a fazer a necessária divulgação, assim como também de outros concursos, o “ Projecto Escolas Floridas”, “Ao sabor do cata-vento” e o “Cada ave a seu ninho”.-----

---- Sobre a proposta acima referida, foram tecidos alguns comentários, o primeiro do sr. Vereador Dr. João Carlos Rua que começou por dizer que se tratava de uma excelente ideia, de louvar, mas tinha dúvidas quanto à sua oportunidade e à forma de aplicação; que, em termos de imagem de mascote de Mira, a nível de ambiente, protecção civil, envolvimento de miúdos, etc., estava já instituída a “Mirela” que poderia e deveria ser utilizada em tudo, podendo apenas variar a questão do logotipo que a adaptasse às várias vertentes, quer fosse ao desporto, à protecção civil, ao ambiente, ao turismo de natureza ou outras, correndo-se o risco de, da maneira proposta, haver demasiada simbologia, não se fortalecendo nenhuma delas, todas elas se perdendo ou se anulando uma às outras; que, quanto ao resto, lhe parecia uma ideia excelente e tudo o que proporcionasse o envolvimento das populações, escolas, etc. àquele nível de criatividade era óptimo, mas havia outras áreas onde isso era possível, tal como a “Agenda 21” escolar local, dando como exemplo o caso de Arraiolos que tinha uma página interessantíssima com a participação dos miúdos; que, quanto à proposta apresentada, lhe parecia que não iria ser uma ideia para alcançar resultados tão positivos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

ou tão evidentes, ainda mais quando já existia uma mascote, a qual achava que deveria constituir a aposta essencial. -----

---- A sr<sup>a</sup>. Vereadora Prof<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Mesquita interveio para lembrar que a “Mirela” estava a ser criada, vocacionada para o ambiente, tendo-se optado por lhe acrescentar os patins por forma a ficar ligada ao campeonato de hóquei, tendo a mesma sido da autoria da sr<sup>a</sup>. Arquitecta Carla Barros. -----

---- Igualmente, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego, quis fazer um comentário no sentido de dizer que a “Mirela” tinha surgido em Maio ou Junho e apenas tinha tido conhecimento da mascote já com os patins, quando tinha aparecido no campeonato daí que, até estar instituída, ia um longo caminho de afirmação e de instituição; que, já dantes tinha havido outras imagens, as quais tinha caído por diversos motivos, mas achava que a “Mirela” era, de facto, de aproveitar em áreas-chave; que, o facto de se ter mais do que uma imagem, em seu entender, não era prejudicial, antes pelo contrário, estando cada imagem perfeitamente associada à vertente pretendida, cada uma delas em áreas distintas, devidamente identificadas, seria até vantajoso. Relativamente ao facto da “Mirela” ter desaparecido da página da Câmara, informou que já tinha sido reposta e o seu desaparecimento tinha ficado a dever-se ao facto de já não caberem tantos logotipos na referida página e alguns deles, fruto de compromissos assumidos, eram obrigatórios. Ainda no tocante à página do Município, disse que, era seu entendimento que não se deveria cair na homogenização e uniformização de tudo e mais alguma coisa; que, o Município de Mira tinha uma página, feita a expensas próprias, por pessoal da Câmara e outras que prestaram a sua colaboração e sobre a “Mirela”, não havia nenhum menosprezo pela imagem, achava-a fantástica, com pleno simbolismo. -----

---- O sr. Vereador Dr. João Carlos usou novamente da palavra para dizer que a questão da imagem era sobremaneira importante e estar a dispersar essa mesma imagem com demasiada simbologia poderia ser prejudicial em termos de criação de uma imagem forte; que, o símbolo “Mirela” tinha resultado bem e era uma ideia que, se lhe fosse dispensada alguma atenção, poderia vir a ganhar um espaço interessante a nível do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

concelho; que, essa imagem podia também passar por cartazes, sejam eles de divulgação, publicitários, de informação de obras, etc., sendo importante que existisse uma certa uniformização, de molde a identificar-se e ter-se uma imagem definida sobre Mira. Quanto à página na Net, disse que não gostava da página de Mira, a qual, comparativamente às outras, em termos gráficos, não era comparável em nada, era pesada e valeria a pena ter-se algum trabalho com ela e perder algum tempo por forma a melhorar a estética, a funcionalidade e a rapidez e valia até a pena consultar diversas páginas de outros município e constatar a imagem de cada um, comparativamente com a de Mira. -----

**---- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA “VI GÂNDARA & PLANTA”:** -----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 32/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 20 de Janeiro corrente, no sentido da ratificação, nos termos previstos no n.º 3, do art.º 68º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do despacho datado de 17 de Janeiro de 2006, relativo à aprovação das normas de funcionamento da “VI Gândara & Planta”, o qual se encontra anexo à presente acta e dela fica a fazer parte integrante. -----

**---- ENCERRAMENTO:** -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 16:30 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92º., da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

---- E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, \_\_\_\_\_ na qualidade de secretária, redigi. -----

\_\_\_\_\_  
(*Presidente da Câmara: João Maria Ribeiro Reigota, Dr. )*)

\_\_\_\_\_  
(*Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio*)